

Choque econômico de Collor inclui 'privatização radical'

RICARDO MORAES

O choque econômico que está sendo preparado pela economista Zélia Cardoso de Mello, principal assessora econômica do Presidente eleito Fernando Collor de Mello, inclui um "programa de privatização radical", que já teria resultados palpáveis 90 dias depois de anunciado.

— Tudo que é produtivo deve ser privatizado — afirma a economista, convencida de que o Estado deve se dedicar apenas a atividades de interesse social.

Só os casos em que a legislação impedir expressamente a privatização — monopólios como o da Petrobrás — ficarão fora do processo. Todas as demais estatais, como a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), Petrofertil e Petroquisa — entre outras, de uma relação que deverá estar pronta até o fim de semana — serão privatizadas já no dia da posse. O transporte de interesse social, como o Metrô, ficará fora, mas o transporte de carga será totalmente entregue à iniciativa particular.

Zélia não teme que o programa não passe de manifestação de intenções, como os vários projetos de privatização anunciados pelo Governo Sarney: trata-se de "uma questão de decisão política", que o Governo Collor teria credibilidade e força para tomar.

O choque será anunciado no dia da posse, 15 de março, e terá a forma de projetos de lei e Medidas Provisórias. Não será um choque gradual, como se chegou a cogitar, mas "rápi-



Zélia Cardoso de Mello: Estado deve se restringir às atividades sociais

do e duro" no combate à inflação, segundo a própria Zélia, que se dedica em tempo integral a reuniões com sua equipe, para concluir o plano a ser entregue a Collor este fim de semana. Antes do dia 26, quando dará início a uma viagem oficial ao exterior, o Presidente eleito já terá aprovado os pontos fundamentais do choque e escolhido o Ministro da Economia que o executará.

Nos últimos dias, a maior preocupação da equipe de economistas que

prepara o choque de Collor tem sido a definição de uma política de preços e salários. A tarefa, de certa forma, ficou dificultada pela orientação expressa do Presidente eleito, no sentido de que os salários devem ser preservados mesmo dentro de um plano urgente de estabilização econômica, o que remete para o empresariado a carga de sacrifícios no primeiro momento do plano.

Zélia Cardoso de Mello desmente formalmente qualquer intenção de

congelamento de preços. E afirma que uma nova política salarial será necessária e sua definição deve se dar através de um pacto social. A curto prazo, ela descarta a livre negociação.

— Recessão não é projeto de Governo, a prioridade é o combate à inflação — diz a economista, que tem dormido poucas horas desde sua volta da Europa:

— Descansei só dois dias, em Punta Del Este.

Em ritmo febril de atividades, Zélia recebeu anteontem o apoio a seu trabalho do economista André Lara Resende, com quem conversou por telefone durante 40 minutos. Ontem, o engenheiro Daniel Dantas deslocou-se do Rio a São Paulo e almoçou com ela, disposto a incorporar-se aos esforços do novo Governo no combate à inflação.

Lara Resende e Dantas tiveram seus nomes cogitados para assumir o Ministério da Economia de Fernando Collor. Neste momento, fazem questão de afastar qualquer pretensão ao cargo e se incorporam ao grupo coordenado por Zélia, que conta com outros economistas, como Ibrahim Eris e Eduardo Modiano, e com o advogado Luís Octávio da Motta Veiga.

A equipe econômica do novo Governo já está sendo montada, sob a coordenação de Zélia. A economista, discreta e paciente, em nenhum instante revela interesse pelo cargo de Ministro da Economia e não se arrisca a dar palpites:

— O Collor é uma esfinge nesses assuntos. Eu confio nele e trabalho em tempo integral para ajudá-lo.

9-1-90